

O TRABALHO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: aproximação com a proposta da educação ambiental ecomunitarista

Raquel Alves Pereira Ávila*

RESUMO

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) aplicadas à educação tem causado transformações na prática pedagógica, principalmente na modalidade da Educação a Distância (EaD). As interatividades entre os participantes e o trabalho colaborativo da EaD desenvolvem o aprendizado coletivo e colaborativo, já que professores e tutores trabalham em conjunto. Para que esse trabalho seja produtivo e tenha resultados satisfatórios é essencial o diálogo, cada um cumprir a função que lhe compete e o sentido de solidariedade e colaboração no trabalho em equipe. Neste artigo, a EaD é considerada na concepção da Educação Ambiental Ecomunitarista, que propõe uma nova ordem social, condizente com o mundo em que vivemos e com atitudes na prática educativa que conferem conhecimentos e ações para o enfrentamento dos graves problemas socioambientais da atualidade.

Palavras-Chave: Educação Ambiental Ecomunitarista. Educação a Distância. Trabalho colaborativo.

ABSTRACT

Collaborative Work In Online Education: Building Bonds With The Proposal Of Eco-Communitarian Environmental Education

New Information and Communications Technologies (ICT's) applied to Education have led to changes in pedagogical practices, mainly in online Education. Interactivity among participants and collaborative work in online Education develops collective and collaborative learning, since teachers and tutors work together. In order to make sure this work is profitable and successful, dialogue is fundamental. Besides, each one must play his/her role and develop solidarity and collaboration in teamwork. In this paper, online Education is analyzed in the conception of Eco-communitarian Environmental Education, which proposes a new social order, consistent with the world we live in and with attitudes in educational practice that yield knowledge and actions to face today's serious social and environmental problems.

Keywords: Eco-communitarian Environmental Education. Online Education. Collaborative Work.

* Mestranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: raquelavila111@gmail.com.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOMUNITARISTA

A abordagem da Educação Ambiental Ecomunitarista engloba a crítica da presente crise socioambiental e a ação transformadora rumo a uma sociedade pós-capitalista, o Ecomunitarismo. Os problemas socioambientais são causados pelo modelo de produção capitalista, por isso, faz-se necessário pensar e concretizar alternativas para o desenvolvimento de uma convivência comunitária, que é a proposta do Ecomunitarismo.

O Ecomunitarismo propõe uma sociedade que respeita o fluxo natural da vida, da natureza, e se utiliza desse fluxo para a produção, distribuição e consumo de bens para o funcionamento do meio social e para suprir as necessidades de todos, conforme a norma ecológica que trata da preservação e regeneração da natureza (não-humana e humana). A Educação Ambiental Ecomunitarista prepara para uma nova sociedade, apresentando novas formas de viver, novos valores sociais, novas formas de educação, economia, política, etc.

O Ecomunitarismo envolve a superação desse modelo econômico que oprime a todos. Envolve que se ponha fim a alienação proposta pela mídia. Em prestígio ao ecomunitarismo devem ser criadas alternativas em prol de todos, principalmente dos menos favorecidos. Deve-se por em prática a autonomia e a livre expressão individual. Percebe-se que a alienação incentivada pelos meios de comunicação, impede a livre expressão, a criatividade e o fluir das potencialidades, prejudicando as novas formas de convivência, de trabalho e de educação, que necessitam afastar-se da ideia do lucro irresponsável.

A produção-distribuição-consumo capitalista põe em risco à biodiversidade do planeta, em função da destruição da natureza (humana e não-humana). A velocidade crescente com que o capital utiliza os recursos naturais é maior que a capacidade e o ‘tempo de recuperação que a natureza humana e não humana necessita para regenerar-se em equilíbrio dinâmico (VELASCO, 2012).

O Ecomunitarismo tem como fundamentos as três normas da ética ecomunitarista, que são:

PRIMEIRA NORMA DA ÉTICA ECOMUNITARISTA: “Devo garantir minha liberdade de decisão porque Eu garanto minha liberdade de decisão é condição de Eu faço a pergunta ‘Que devo fazer?’ (numa realização feliz)”(LOPEZ VELASCO, 2012).

SEGUNDA NORMA DA ÉTICA: “Devo buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘Que devo fazer?’ porque Eu busco consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘Que devo fazer?’ é condição de a pergunta ‘Que devo fazer?’ é feliz” (LOPEZ VELASCO, 2012).

TERCEIRA NORMA DA ÉTICA: “Devo preservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo porque eu preservo uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu faço a pergunta ‘Que devo fazer?’ (numa realização feliz)” (LOPEZ VELASCO, 2012).

Nesse momento de crise socioambiental que vivemos, as pessoas estão pensando na ecologia, pensando na saúde, em alimentos saudáveis e orgânicos, em buscar ter uma nova forma de viver, ou seja, a utopia está se cristalizando cada vez mais no pensamento, no sonho e principalmente nas ações das pessoas. Muitas pessoas mesmo sem o conhecimento da Educação Ambiental nem do Ecomunitarismo, sabem e sentem que a degradação da natureza, poluição, transgênicos estão destruindo o planeta e causando males à sua saúde. Vemos a proliferação de diversas doenças, dentre as quais o câncer, será que isso não tem a ver com o modo de vida a que estamos imersos, onde o lucro tem sido considerado um valor maior que a vida e a natureza? Como mudar isso? Em primeiro lugar, não podemos nos vender ao sistema, aceitar consumir tal marca, tal produto sem questionamento. Precisamos ter autonomia, gerir nossas escolhas, respeitando à natureza (humana e não humana) e ao mesmo tempo nos unir comunitariamente. Precisamos criar novos valores, valores ecomunitários, solidários, colaborativos e não capitalistas. Para isso, é necessário uma autonomia, autogestão, criar alternativas ecomunitárias ao capitalismo e que essas atitudes frutifiquem e lancem sementes para que mais pessoas possam compartilhar desse novo modo de vida, que muitos anseiam.

O Ecomunitarismo defende ainda o não-trabalho que é a instância de expressão livre das energias produtivas, em que as pessoas realizam alternadamente suas múltiplas vocações. Isto significa que a mesma pessoa exerce com alternância, senão diária, pelo menos semanal, mensal ou trimestral, por exemplo, as atividades de físico nuclear, jardineiro, pescador, dançarino, torneiro mecânico e professor, se estas forem suas vocações. O tempo diário e total de execução dessas tarefas

será o mínimo possível, segundo exige a satisfação das necessidades comunitárias, e é de se supor que o mesmo haverá de tender a zero, em especial graças aos processos de automação tecnológicos.

No Ecomunitarismo o salário e o dinheiro não existem, e as necessidades individuais são satisfeitas a partir do “fundo econômico comunitário”. Podemos imaginar os atuais supermercados, transformados em depósitos desse “fundo”, onde as pessoas irão retirar o que lhe corresponde segundo o pacto de produção/distribuição, ou de onde se entregará em domicílio os produtos. Esse “fundo” também inclui as reservas para eventuais períodos de emergência resultantes, por exemplo, de catástrofes naturais. O uso dos serviços ajusta-se a esse mesmo procedimento planejado por via consensual.

As ideias ecomunitaristas levam em consideração a preservação e regeneração da natureza. Isso significa que a produção ecomunitarista realiza-se exclusivamente com base em matérias-primas e energias renováveis e não poluentes, ou, pelo menos, causadoras de uma poluição reversível ou mínima. Esse tipo de produção promove a reversão de seus efeitos degradantes sobre a natureza e a reciclagem e tratamento de todos os seus resíduos. Com isso, pode ser estabelecida a política dos 3 R’S – reduzir, reutilizar e reciclar (LOPEZ VELASCO, 2005, p. 81- 85).

A ética ecomunitarista promove a libertação humana, processo histórico de eliminação das relações de opressão e auto-repressão existente entre sociedade e indivíduos, entre indivíduos e indivíduos. O processo libertador visa à emergência de indivíduos multilateralmente desenvolvidos, permitindo a expressão livre de sua essência, dons, habilidades e capacidades, enquanto membros de uma comunidade de produtores livremente associados, em que vigoram as três normas éticas acima referidas.

As pessoas estão se voltando cada vez mais à natureza, aos alimentos naturais, orgânicos, a medicação e as terapias naturais, homeopáticas. A escola pode ser a ponte para esses novos valores, através de um ensino transdisciplinar, que aborde assuntos condizentes com a cultura e o modo de vida dos alunos e da comunidade.

A livre expressão humana está além de partidos políticos, religiões, dogmas e preconceitos.

Para isso, não é necessário o uso de armas, nem o uso da violência e da crítica pela crítica, mas sim, a poderosa arma da criatividade, da solidariedade e da auto-gestão. Se não estamos

satisfeitos com algo, é preciso criar alternativas que nos realizem como indivíduos (1º norma da ética), como pessoas que estamos num convívio social (2º norma da ética) e como seres humanos que somos e fazemos parte da natureza tendo uma atitude de respeito e preservação-regeneração da natureza (3º norma da ética).

No sistema capitalista o homem está usando sua racionalidade para destruir a natureza e aos seus semelhantes. É necessária uma alternativa que prestigie o bem comum, a criatividade e a solidariedade, a autonomia de pensamento e a ludicidade nas práticas educativas. Com isso, veremos o desabrochar das habilidades dos alunos, dos professores e todos da comunidade escolar.

A prática pedagógica do Ecomunitarismo vincula os conteúdos de aula a questões socioambientais para desenvolver uma compreensão profunda e reflexiva dos mesmos numa ação crítico-transformadora a respeito. Outro aspecto é fundamentar o tratamento “técnico” dos conteúdos e as discussões das questões socioambientais a eles vinculados na investigação experimental, de campo e/ou bibliográfica realizados pelos alunos com a orientação dos educadores e incentivar o trabalho educativo baseado na colaboração e não na concorrência individualista entre os alunos. O diálogo professor-alunos deve servir como instrumento de “re-construção” dos conhecimentos e posturas. A EA Ecomunitarista defende que sejam incentivadas e aplicadas nas práticas pedagógicas posturas de reivindicação e de propostas no âmbito da escola, bairro e cidade (LOPEZ VELASCO, 2009, p. 31).

Lopez Velasco (2012, p. 33) considera a educação como um fenômeno político-pedagógico, fundamentado na educação problematizadora (tanto em nível formal como informal) de Paulo Freire que, na proposta ecomunitarista, assume um caráter socioambiental no paradigma da educação ambiental. A Educação Ambiental Ecomunitarista é uma educação socioambiental problematizadora alicerçada nas três normas da ética e orientada numa perspectiva pós-capitalista rumo ao ecomunitarismo, Tem base na “conscientização”, definida como o desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora sobre ela rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos. E a educação problematizadora deve realizar o desvelamento crítico das relações de opressão entre os seres humanos e destes com a natureza não humana, com o objetivo de combater a opressão, para que os atuais oprimidos não se tornem novos opressores.

Para a educação formal, Lopez Velasco (2012, p. 36) propõe a promoção da pesquisa coletiva e individual. O professor deve exercer o papel de “auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados”, numa atividade investigativa que visa à redescoberta, reconstrução dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada. É importante os professores e tutores atuarem dessa forma na mediação pedagógica da EaD.

O termo “educação” pode ser entendido como sinônimo de “conscientização” (na concepção de Paulo Freire), como o desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora sobre ela no sentido da construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos (LOPEZ VELASCO, 2008, p. 38).

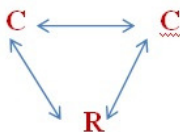
APORTES DA EA ECOMUNITARISTA PARA O TRABALHO COLABORATIVO NA EAD

As tecnologias da informação e comunicação trazem mudanças rápidas e repentinas em curto espaço de tempo e também um novo recurso para as pesquisas e trabalhos de aula. Vivemos num mundo em que as tecnologias fazem parte da sociedade e a educação precisa incorporar essas novas tecnologias de informação e comunicação para inovar e aprimorar as práticas pedagógicas, mas priorizando as relações pessoais e não deixando que a “máquina” controle o homem e seja uma barreira entre as pessoas. O homem precisa utilizar as tecnologias para criar pontes e não barreiras.

Freire situou a construção do conhecimento no interior da “práxis”, definindo como “a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Portanto, a relação dos sujeitos com o fenômeno não é unicamente teórica, mas também prático-transformadora. Como resultado disso, não somente as opiniões dos sujeitos a respeito do referente se transformam, como muda também o próprio referente. E a mudança do referente influenciará os próprios sujeitos cognoscentes e seus sucessores no interior de uma interação de tipo “sistêmica” e histórica. Por isso, no gráfico abaixo, observa-se a seta dupla que parte tanto dos sujeitos para o referente como do referente para os sujeitos (LOPEZ VELASCO, 2008, p. 42).

Graficamente e reinterpretando a proposta freireana como uma visão sistêmica qualitativa e histórica da interação entre seres humanos e

entre eles e a natureza não humana, pode-se representar a situação da seguinte forma (LOPEZ VELASCO, 2008, p. 42):



C: representa cada um dos sujeitos na interação dialógica que faz parte do processo de conscientização.

R: representa o referente, ou seja, o objeto da interação dialógica no qual os sujeitos estão desenvolvendo o conhecimento.

Conscientização requer ação-reflexão. A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência, em ultrapassar a esfera espontânea ingênua de apreensão da realidade, para chegar a uma esfera crítica. É dessa forma que a Educação em geral, inclusive a EaD precisa trabalhar para promover a conscientização, problematização, intervenção e transformação da sociedade.

A consciência não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato de ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo, que caracteriza os homens. É através do processo de conscientização que a realidade se desvela. O trabalho colaborativo na EaD promove a ação-reflexão e a conscientização de todos os participantes sobre o tema em estudo.

Na Educação Ambiental Ecomunitarista, o educando é o sujeito da ação educativa em conjunto com o educador, ambos são investigadores e desveladores da realidade por meio de uma educação dialógica baseada na comunicação simétrica, na inter e transdisciplinaridade e na prática pedagógica problematizadora e emancipatória, propondo uma transformação radical da educação e da relação educador e educando. A dialogicidade é fundamental nesse processo de libertação, porque a transformação se dá pela palavra como força transformadora.

Assim como as mutações gênicas ocorrem em um organismo (célula – genes) com funções aparentemente “normais” e depois da modificação manifestam-se as características novas, é possível na

sociedade capitalista com seus funcionalismos aparentemente “normais e estáveis”, ocorrerem mutações moleculares (a níveis mental, social e ambiental) com a prática problematizadora e libertadora da educação ecomunitária, que aponta para a educação e meios de comunicação como catalizadores dessas transformações. O Ecomunitarismo possui um caráter ético-político de transformação social, que possibilita a ruptura da ordem social capitalista de produção, distribuição e consumo, que é ademais excludente, preconceituosa, corrupta, desigual, manipuladora e alienadora das potencialidades humanas.

Para a educação formal, Lopez Velasco (2012, p. 36) propõe as seguintes diretrizes:

(1) Vincular os conteúdos a problemas socioambientais da vida dos alunos e dos brasileiros nas áreas de: produção, distribuição, consumo, lixo, classes sociais, alimentação, saúde, moradia, higiene, lazer, sexualidade e ecologia. Trabalhar essas questões como temas transversais e incluir nos conteúdos específicos;

(2) Promover a pesquisa coletiva e individual. O professor deve exercer o papel de “auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados”, numa atividade investigativa que visa à redescoberta, reconstrução dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada;

(3) Fazer trabalhos de campo e/ou criar espaços, mesmo que modestos, na própria escola ou instituição educativa, voltados para atividades de pesquisa descritiva ou experimental;

(4) Dialogar na escola e/ou “in loco” com conhecedores do tema em estudo, visando a integração dos conhecimentos técnicos e as suas implicações socioambientais;

(5) A partir do trabalho coletivo de investigação e sistematização elaboradas com a ajuda do professor e de conhecedores, promover ações voltadas a informação e intervenção na busca de soluções para problemas socioambientais existentes na escola ou instituição educativa, no entorno desta, no bairro de residência dos alunos e/ou na localidade onde for realizada a pesquisa.

A ação pedagógica/política abrange, além da esfera familiar e da educação formal, todos os espaços das relações humanas (entre elas, as ações de bairro, dos movimentos e organizações culturais e sociais não-governamentais, incluindo as das “minorias”, as sindicais, políticas e

aquelas realizadas por intermédio dos diversos meios de comunicação, a mídia). Em todos estes, as três normas da ética, assim como os princípios da pedagogia problematizadora, indicam que simultaneamente com a luta contra a resistência feroz dos mantenedores, por ação ou omissão do atual caos socioecológico, o desafio maior no caminho que aponta na direção do ecomunitarismo é a superação da dicotomia dirigentes-dirigidos (Lopez Velasco, 2005, p. 135).

Com base nisso, a educação à luz da ética argumentativa da libertação (educação ambiental ecomunitarista) é a ação com base numa pedagogia problematizadora, ou pedagogia da libertação que se caracteriza, segundo Lopez Velasco (2008, p. 39), dentre outros, pelas seguintes características:

(a) Os instrumentos da cultura erudita e os conhecimentos científicos são utilizados a serviço da conscientização – mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo e alcançar uma ordem socioambiental sustentável constituída por indivíduos livremente associados e multilateralmente desenvolvidos e respeitosos da natureza não humana;

(b) Estabelece vínculos de mútuo enriquecimento entre a cultura “erudita” e a cultura “popular”, aquela que à margem da educação formal, os oprimidos constroem no seu dia a dia das suas vidas e das suas lutas;

(c) O ponto articulador da ação pedagógica são as questões ligadas à vida diária e à luta dos oprimidos;

(d) Supera a contradição educador-educando, propiciando a construção dialógica do conhecimento vivo (ligado ao dia a dia e cimentado na pesquisa e na reflexão) numa dinâmica em que ambos são educandos-educadores, porque são investigadores críticos, isto é, sujeitos desveladores da realidade social e engajados na sua transformação socioambiental libertadora;

(e) Combate o fatalismo e o assistencialismo através da crítica e da autorreflexão, e aposta na capacidade de luta dos e com os oprimidos para melhorar a vida da população e superar o capitalismo;

(f) Defende a tomada democrática das decisões e visa à superação da disciplina verticalmente imposta pela autodisciplina consensualmente estabelecida e avaliada.

Atualmente, em muitos casos, a educação ambiental é encarada

como modismo sem um aprofundamento e conscientização dos graves problemas ambientais que a humanidade enfrenta. Assim, a educação familiar e a educação formal (nas escolas e universidades) que centram seus esforços em estimular a ascensão de classe social e omitir os fatores ambientais podem ser chamadas de “educação não ambiental” (Lopez Velasco, 2008, p. 15). É a educação que causa a insensibilidade com a natureza, a alienação e a reprodução do status quo (pela prática da educação “bancária”) impedindo a conscientização, a problematização e a superação dos problemas socioambientais.

As TIC's da EAD tais como chat, web conferência, comunicação via e-mail e fórum de discussão, analisados conforme a proposta comunitarista, enquadram-se na segunda norma da ética porque são instrumentos que servem para interação entre todos na busca de respostas consensuais temporárias na construção colaborativa do aprendizado. Esse diálogo entre os participantes gera a reflexão com o surgimento de novas ideias e opiniões, num processo contínuo de desenvolvimento e desvelamento do conhecimento sobre determinado assunto. Essa reflexão se relaciona à primeira norma da ética, porque faz parte do questionamento pessoal (com base nas opiniões dos participantes e dos valores e conhecimentos próprios da pessoa que está refletindo) e cada nova opinião tencionará a reflexão de todos e novas opiniões num processo contínuo. A participação nos meios de comunicação da EaD, se levar em consideração a norma ecológica (terceira norma), desenvolve uma postura de ética ambiental (ética individual, consensual e ecológica) - a liberdade de decisão individual em busca consensual e respeitando a preservação e regeneração da natureza (humana e não humana) para o desenvolvimento de uma nova sociedade.

O ciberespaço possibilita o diálogo a distância entre indivíduos geograficamente distantes favorecendo a criação coletiva e a interação de diversas opiniões de pessoas com culturas e formações diversas enriquecendo o aprendizado com a diversidade de mídias digitais que esse ambiente virtual apresenta.

O trabalho colaborativo perpassa pela interatividade, que é a comunicação entre pessoas através de um computador através da internet. Um exemplo de interatividade é o fórum de discussão, que é uma forma de comunicação assíncrona. Na dissertação de Shechtman (2009, p. 18), o fórum aponta alguns pressupostos norteadores para as ações de EAD, tendo como referência o paradigma ecossistêmico

proposto por Maria Cândida Moraes em seu livro *Paradigma Educacional Emergente* (1997). Esses pressupostos são:

(a) a educação como sistema aberto, em interconexão permanente com outras práticas sociais; (b) o reconhecimento do ser humano em sua multidimensionalidade, dotado de múltiplas inteligências, com diferentes capacidades cognitivas; (c) a educação associada à vida, conectada à realidade do indivíduo, contextualizada; (d) a compreensão da complexidade do conhecimento e de seu processo de construção; (e) a interconectividade dos conceitos, das teorias e dos problemas educacionais; (f) a educação que se propõe a contribuir para a formação do indivíduo cidadão, em que o individual e o coletivo são pensados dialeticamente (SHECHTMAN, 2009, p. 18).

O fórum é um espaço de interatividade em que dialogam pessoas com as mais variadas experiências profissionais e pessoais, vivências diferentes, culturas diferentes, dentre outros. Se o fórum for bem organizado e gerenciado, tudo isso enriquece o aprendizado de todos os envolvidos no processo. Realmente é uma verdadeira revolução no ensino-aprendizado, é uma pedagogia inovadora e atual, coerente com o mundo em que vivemos, complexo e em constante transformação. O trabalho coletivo e colaborativo da EaD exige uma postura de colaboração, diálogo constante, criação coletiva e responsabilidade para a realização das atividades, já que o resultado satisfatório do trabalho colaborativo depende do conjunto do trabalho individual de cada um dos componentes. O trabalho com as TIC's da educação exigem esse caráter de colaboração e criação coletiva.

Almeida (2003) diz que ambientes virtuais e interativos de aprendizagem permitem romper com as distâncias espaço-temporais. A modalidade EAD promove a democratização da educação a nível técnico e superior principalmente para pessoas que moram distantes dos centros universitários e em regiões da zona rural.

A EaD é uma modalidade educacional cujo desenvolvimento relaciona-se com a administração do tempo pelo aluno, o desenvolvimento da sua autonomia para realizar as atividades, diálogo com os pares para a troca de informações e o desenvolvimento de produções em colaboração. Mas o “estar junto virtual” indica que o papel do professor como orientador do aluno, deve ser o de provocá-lo para fazê-lo refletir e pensar, provocar a curiosidade para a investigação,

compreender os equívocos e depurar suas produções, mas não indica plantão integral do professor no curso, o professor se faz presente em determinados momentos para acompanhar o aluno, caso contrário:

Caso contrário, criará a dependência do aluno em relação às suas considerações e perpetuará a hierarquia das relações aluno–professor do ensino instrucional, mais sofisticado nos ambientes digitais de aprendizagem, perpetuando uma abordagem de ensino que em situações tradicionais de sala de aula já se mostraram inadequadas e ineficientes (ALMEIDA, 2003, p. 331)

Ensinar em ambientes digitais e interativos de aprendizagem significa: organizar situações de aprendizagem, planejar e propor atividades; disponibilizar materiais de apoio com o uso de múltiplas mídias e linguagens, ter um professor que atue como mediador e orientador do aluno procurando identificar suas representações de pensamento; fornecer informações relevantes, incentivar a busca de distintas fontes de informações e a realização de experimentações; provocar a reflexão sobre processos e produtos, favorecer a formalização de conceitos; propiciar a interaprendizagem e a aprendizagem significativa do aluno (ALMEIDA, 2003, p. 334).

A Educação Ambiental Ecomunitarista compreende o professor como o mediador do aprendizado, que atue incentivando o trabalho colaborativo e não a concorrência individualista entre os alunos. O professor necessita promover o espírito crítico e a investigação individual e coletiva nas aulas, sejam elas a distância ou presenciais. Nesse aspecto, o professor assume o papel de auxiliar do planejamento e ação das pesquisas, orientando os alunos na atividade de redescobrimto mediante uma reflexão dialogada, leitura crítica do capitalismo e ação transformadora. A comunicação no Ecomunitarismo é livre e simétrica, fundamentada nas três normas da ética e não concordando com qualquer forma de alienação e repressão da liberdade de decisão.

Um conceito importante no trabalho docente em EaD (e em todas as modalidades de educação) é a transdisciplinaridade, que exige a criação de ambientes e contextos de aprendizagem mais dinâmicos e flexíveis, mais cooperativos e solidários, a criação de ecossistemas educacionais nos quais prevalecem a solidariedade, a parceria, a ética, a

generosidade, o companheirismo, o diálogo, o respeito às diferenças e o reconhecimento da diversidade cultural (MORAES, 2010).

Com relação a Educação Ambiental Ecomunitarista, Lopez Velasco diz que:

Essa EA deve ocupar os espaços das ações de bairro, os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos, os comunicadores engajados nessa causa e os líderes religiosos quando descobrirem que a 'religião' consiste etimologicamente em re-ligar os seres humanos entre si e com o restante da natureza (Lopez Velasco, 2012, p. 157).

Schechtman (2009, p. 11) refere-se a uma aspecto importante a se pensar, que é o problema da EaD incorporar os mesmos vícios do ensino presencial. As Ticos estão fazendo as pessoas transformarem seus modos de aprender e de interagir com a realidade que os cerca. A aprendizagem se dá de forma colaborativa no ciberespaço. O AVA é um espaço virtual, não é físico, é um espaço comunicacional. Requer um aprendiz disposto a ser mais autônomo no desenvolvimento de seu conhecimento, mais colaborativo, o que implica num professor capaz de mediar às interações entre os participantes, tencionando, provocando o aluno, fazendo-o pensar e investigar para elaborar seus próprios esquemas mentais no desenvolvimento dos conhecimentos. A EAD tem o potencial de ressignificar os paradigmas educacionais. O mediador deve desenvolver estratégias pedagógicas que inspirem autonomia aos alunos e a aprender colaborativamente. A autonomia é construída socialmente, mesmo sem o vínculo presencial, já que no ciberespaço pode-se pesquisar materiais e conversar com pessoas no ambiente virtual. O professor também é influenciado, ao longo do processo, pelos produtos de sua pesquisa e do trabalho colaborativo.

Damiani, (2008, p. 215) diz que colaboração é o trabalho em conjunto, os membros de um grupo se apoiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade pela condução das ações. Com isso, promove a socialização, a solidariedade e a cooperação na aprendizagem. As relações sociais são imprescindíveis para o processo dialógico e também para o pensamento crítico e criativo.

A educação tem o papel de problematizar essas relações de

egoísmo, maldade e alienação entre as pessoas e destas com a natureza não humana, infelizmente, tão presentes em atrocidades que presenciamos nos noticiários diariamente. O sistema capitalista perpassa todas as esferas da sociedade, moldando padrões de comportamento e tornando os indivíduos mais egoístas, individualistas e alheios aos problemas de natureza humana e não-humana. Sobre isso, Lopez Velasco explica muito bem a indiferença presente na sociedade capitalista:

Assim o capitalismo é de fato o sistema da guerra de todos contra todos entre os seres humanos, e da indiferença crescente entre eles; essa guerra afeta tanto as relações dos capitalistas com os trabalhadores, quanto às relações existentes no interior dessas duas grandes classes sociais (LOPEZ VELASCO, 2010, p. 193).

As novas tecnologias de comunicação permitem criar brechas na muralha que os meios de comunicação, principalmente a TV, constroem diariamente em volta do capitalismo. A ética ecomunitarista tem relação com a comunicação livre e simétrica baseada na mídia comunitária associativa. A educação formal e os meios de comunicação são dois espaços fundamentais para a crítica ecomunitarista do capitalismo (LOPEZ VELASCO, 2005, p. 197). As novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam espaço para a livre expressão dos indivíduos manifestarem suas opiniões e divulgar suas ideias, proposições e sua crítica às injustiças sociais, promovendo a conscientização ambiental para a superação das relações de opressão presentes na sociedade.

A práxis e o discurso ecomunitarista exigem que os modernos meios de comunicação de massa e os meios de comunicação a distância em geral, sejam de forma a ter uma comunicação horizontal, simétrica e democrática (LOPEZ VELASCO, 2005, p. 155).

CONCLUSÕES

A proposta de uma nova ordem socioambiental pós-capitalista é de extrema relevância na atual conjuntura de crise econômica e ambiental em que vivemos. A educação ambiental à luz do ecomunitarismo apresenta uma abordagem ética e política que contribui para a formação de sujeitos críticos e transformadores da sociedade.

O trabalho colaborativo na EaD, de acordo com a perspectiva da pedagogia ambiental problematizadora, incentiva a socialização, o convívio e a solidariedade entre as pessoas para a construção do aprendizado, superando o egocentrismo de uma sociedade competitiva e individualista, desenvolvendo as capacidades e habilidades individuais num trabalho em conjunto.

O trabalho solidário e colaborativo na concepção da Educação Ambiental Ecomunitarista é elemento de real importância para uma nova ordem social, condizente com o mundo em que vivemos e com atitudes educativas que conferem conhecimentos e ações para o enfrentamento dos graves problemas socioambientais que enfrentamos.

As normas da ética são históricas e a história está sempre em constante transformação. Por isso, o autor refere-se à utopia, porque para haver transformação é necessário, pelo menos, que existam ideias para a concretização de algo novo, não necessariamente ocorrerá como está descrito, mas com certeza muito do que é e será necessário ocorrerá e já está ocorrendo. Atualmente, estamos vivendo grandes transformações, principalmente no que se refere à crise do sistema capitalista, e é preciso encontrar e/ou criar “brechas” nessa muralha, para criar uma nova alternativa de sustentabilidade. O Ecomunitarismo é o caminho para vivermos num mundo justo, igualitário e ambientalmente saudável, que enfrente os graves problemas socioambientais da atualidade, que são protagonizados pela destruição sem limites da natureza.

Não se irá superar o capitalismo apenas com o processo crítico e retórico. É necessário criar novas ideias e pô-las em prática no meio familiar, escolar e comunitário. É preciso que se tenha uma multiplicação das ideias ecomunitárias na escola e através dos meios de comunicação. Os processos educativos precisam despertar nos alunos e nas pessoas em geral a consciência ecológica. Deve-se viver e produzir de acordo com os fluxos da natureza, e, sobretudo, respeitá-la. A natureza tem um fluxo. Todavia, não estamos integrados com esse fluxo natural. As criações da sociedade, a educação burocratizada, a política e os rótulos econômicos, permitem que um grupo seleto de pessoas determinem como nos devemos alimentar, nos locomover e viver. Não estamos conectados com a natureza. Não possuímos uma mentalidade preservacionista e integrativa. As comunidades rurais, tradicionais, quilombolas, indígenas, mantêm nas suas culturas esse vínculo com a natureza, através de seus ritos, danças, magias e terapias. As formas de viver, dessas comunidades

são regulados pela natureza, por seus mecanismos de auto-regulação e manutenção. Nisso, temos muito que aprender com eles. Entretanto, o império capitalista está destruindo essas culturas.

A Educação Ambiental Ecomunitarista compreende o professor como o mediador do aprendizado, incentivando o trabalho colaborativo e não a concorrência individualista entre os alunos. É importante o professor promover o espírito crítico e a investigação individual e coletiva nas aulas, sejam elas a distância ou presenciais. Nesse aspecto, o professor assume o papel de auxiliar do planejamento e ação das pesquisas, orientando os alunos na atividade de redescobrimto mediante uma reflexão dialogada, leitura crítica do capitalismo e ação transformadora. A comunicação no Ecomunitarismo é livre e simétrica, fundamentada nas três normas da ética e não concordando com qualquer forma de alienação e repressão da liberdade de decisão.

O diálogo professor-alunos é visto como “reconstrução” dos conhecimentos e posturas, conferindo autonomia de pensamento e ação. A educação na concepção ecomunitarista abarca o desvelamento crítico das opressões vigentes na realidade social e da contaminação e devastação da natureza humana e não humana e a ação transformadora dessa realidade socioambiental rumo ao Ecomunitarismo.

Precisamos utilizar essa ferramenta com a intencionalidade de potencializar as habilidades e capacidades dos alunos, incentivando-os a se expressarem com suas ideias e opiniões e, principalmente, para atuarem como pesquisadores, investigadores, críticos e transformadores de paradigmas, preconceitos dentre outras características que impedem o pleno desenvolvimento feliz dos seres humanos. É um trabalho colaborativo, dialógico que resulta em criação coletiva. O professor e tutor mediador do conhecimento precisa ter a intencionalidade para que essa criação possa refletir em transformações nas mentes e atitudes de todos nós para a transformação social necessária para o bem estar de todos os seres humanos, fato impossível numa sociedade capitalista que reforça o individualismo, consumismo, idolatria, alienação e destruição da natureza humana e não humana.

O individualismo e a fragmentação não correspondem à prática real da ciência contemporânea que se desenvolve numa comunidade de comunicação, por isso, é fundamental que os educandos e professores aprendam a trabalhar em equipe de forma solidária, colaborativa e integrando esforços, habilidades e capacidades para emergir novos e

importantes conhecimentos. Na abordagem da educação ambiental problematizadora, no sentido da liberdade de decisão consensual através da discussão e da luta contra as instâncias de dominação intersubjetiva e de auto repressão alienada, tendo em consideração a atitude de preservação e regeneração da natureza de acordo com a ética ecomunitarista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar*. Ed. UFPR: Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a13.pdf>>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LOPEZ VELASCO, S. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____. *Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista*. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

_____. *Ucronía*. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

_____. Notas críticas sobre a educação ambiental crítica e transformadora desde a ética ecomunitarista. *Revista Filosofazer*, Passo Fundo, v. 19, n. 36, jan./jun. de 2010. Disponível em: <http://201.86.212.89/seer/index.php/filosofazer/article/view/Article/122>.

_____. *Ideias para o socialismo do século XXI com visão marxiana-ecomunitarista*. Rio Grande. Editora da FURG, 2012.

MORAES, M. C. Transdisciplinaridade e educação. *Rizoma freireano*. Espanha, n. 6, 2010. <<http://www.rizoma-freireano.org/index.php/transdisciplinaridade-e-educacao--maria-candida-moraes>>. Data de acesso: 29 abr. 2013.

SHECHTMAN, S. Mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem a partir da complexidade e do pensamento ecossistêmico. 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

